

PRAÇA DA LIBERDADE



POR

Orlando Monteiro da Silva

Presidente da Associação Nacional dos Profissionais Liberais e ex-bastonário da Ordem dos Médicos Dentistas

A realidade dos profissionais liberais a “recibo verde” terá de ser encarada de frente por um novo Governo que sairá das próximas eleições legislativas e não deve ser confundida de forma ardilosa, como por vezes tem acontecido, com o combate aos falsos recibos verdes que mascaram uma relação contratual assalariada.

Os profissionais liberais qualificados, em particular os de idade mais jovem, têm razões para não acreditar num sistema que está falido no que respeita à capacidade de assegurar que aqueles que têm hoje entre 25 e 35 anos possam vir a usufruir de uma reforma em idade adequada, com valores dignos. Esta Geração Z que ainda não emigrou apresenta um défice enorme de proteção na paternidade, no desemprego, no risco de acidentes de trabalho e de doença, descontando 21,4% para efeitos de seguran-

Os verdadeiros recibos verdes

ça social, enquanto os trabalhadores por conta de outrem descontam 11%.

O facto de o Governo ter decidido adiar a apresentação das conclusões da Comissão para a Sustentabilidade da Segurança Social para depois das eleições aprofunda ainda mais esta desconfiança. O pretexto invocado, verdadeira-

mente inacreditável, foi o de não contaminar a discussão pública no período pré-eleitoral.

Em vez de implementar e discutir medidas de fundo, o partido no Governo preferiu adiar uma vez mais uma reforma imprescindível em detrimento da aprovação no OE para 2024 de duas medidas ilustrativas, mas claramente insuficien-

tes: uma que prevê a aplicação de uma taxa de retenção variável na fonte permitindo aos profissionais liberais que auferem menores rendimentos terem uma remuneração líquida superior. Seria uma medida relevante, caso fosse para aplicar... mas não; é apenas destinada a alterar o sistema informático da AT com vista a implementação futura da tal retenção variável. Portanto, uma mão cheia de pouco.

A outra, proposta pela Iniciativa Liberal, determina que o Governo terá de estudar em 2024 “a possibilidade e as condições de integração dos profissionais liberais e trabalhadores independentes nos regimes de licenças de parentalidade”, por forma a que possam efetivamente delas usufruir. Esperemos que venha a ser mais que um estudo...

Vamos estar atentos às propostas dos partidos políticos em 2024.

Agora, temos CCDDR, I.P.



POR

António Cunha

Presidente da CCDDR-N

6 de dezembro de 2023 ficará como data importante no caminho para um Portugal mais descentralizado, como dia fundacional na construção de uma verdadeira república de proximidade e no avanço da autonomia e na capacidade de decisão regionais.

Em cerimónia realizada na CCDDR Norte, I.P., com a presença do primeiro-ministro e vários membros do Governo, celebrou-se, de modo consequente, a aprovação dos novos estatutos das comissões de coordenação e desenvolvimento regional, no contexto do DL-36, de 26 de maio, e das alterações recentemente promulgadas pelo presidente da República através do DL-114, de 4 de dezembro, assinando os contratos-programa previstos nestes diplomas, instrumentos importantíssimos nas

reforçadas responsabilidades das, agora, CCDDR, I.P. Abre-se uma grande transformação do Estado, através do significativo alargamento das competências e âmbito de atuação destas comissões e da sua conversão em institutos públicos.

Transformação que avançará num conhecido quadro de complexidade e incerteza da vida política nacional e deverá ser consolidada pela ação do Governo que sairá das eleições do próximo 10 de março. Esse período eleitoral deve ser uma oportunidade para as diferentes forças políticas clarificarem posições sobre o papel das regiões na organização política do Estado e no nosso modelo de desenvolvimento coletivo.

Colocamos nesta reforma as nossas melhores e mais fundadas esperanças, acreditando na sua dimensão estruturante para ajudar Portugal a se encontrar com um futuro de desenvolvimento mais harmonioso. Futuro que os portugueses merecem, mas que o centralismo vai dificultando, enquanto irracionalidade que inibe o desenvolvimento dos territórios e também asfi-

xia a capital e a sua região. Lisboa tem de ser a capital de um país mais rico e mais coeso para ser mais próspera e motivo de ainda mais orgulho para todos os portugueses.

Reforma que poderia ter ido mais longe. Mas o caminho importa mais do que o sítio onde estamos e, como escreveu Agustina, “a razão não nos incita ao que é natural, mas ao que é possível.” Por isso, a convicção de que a gestão da água e da floresta, virão (... ou voltarão) para as regiões do continente um dia, bem como novas competências na cultura ou no domínio social.

Quanto aos contratos-programa, devem ser entendidos como a primeira versão de um instrumento estruturante para concatenar estratégias regionais (necessariamente diversas e específicas) com políticas e metas nacionais, que devem ter o compromisso e a contribuição das CCDDR. Haverá muito a aprender e a limar, mas começamos com uma boa base que deverá evoluir para verdadeiros contratos Estado-região, como é prática de países europeus mais desenvolvidos.

O que diz o silêncio do presépio



POR

Fernando Calado Rodrigues

Padre

O presépio ainda vai aparecendo, mesmo nos espaços públicos, a recordar o que se celebra no Natal – o nascimento de Jesus em Belém! Este ano celebram-se os 800 anos do presépio ao vivo, idealizado por S. Francisco de Assis e representado durante a celebração da missa da meia-noite do Natal de 1223, em Greccio, no Vale de Rieti, em Itália.

No sábado passado foi inaugurado o presépio e iluminada a árvore, que costumam decorar nesta quadra natalícia a Praça de S. Pedro, no Vaticano, homenageando esta iniciativa de S. Francisco. Como pano de fundo aparece o afresco que, em Greccio, assinala o local onde o santo fez a representação da Natividade. Com as tradicionais figuras de Jesus, Maria e Jo-

sé, está também representado o próprio S. Francisco e mais alguns irmãos franciscanos.

Na inauguração do presépio, o Papa apelou ao silêncio e à oração diante dele: “Silêncio para poder ouvir o que Jesus nos diz a partir daquela ‘cátedra’ singular que é a manjedoura. Oração para expressar a maravilha, a ternura e talvez as lágrimas que a cena da Natividade suscita em nós”, disse o Papa.

O bispo D. Carlos Azevedo recorda, no Facebook, que as representações de Maria com o Menino aparecem desde os primeiros séculos do Cristianismo. Explica o sentido simbólico de alguns elementos do presépio, como a inclusão do boi (Israel) e do jumento (os pagãos), que não aparecem nos Evangelhos. O Cristianismo surge com a vocação universal de congregar todos os povos, mesmo os mais distantes, simbolizados pelos Reis Magos.

Um Mundo em guerra, como é o nosso, precisa de olhar para o presépio e deixar-se contagiado pela sua mensagem de reconciliação e inclusão. Este mundo consumista, dominado pela agitação e ruído, deveria deixar-se interpelar pelo silêncio e despojamento de um Deus que escolheu nascer pobremente em Belém.